



**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**Ano XIV – nº 189 – Porto Alegre, sexta-feira, 09 de agosto de 2019**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 74, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Altera os artigos 4º e 8º da Resolução nº 15, de 23/02/2017, que regulamenta o procedimento da reclamação pré-processual e da homologação de acordo extrajudicial decorrente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no processo nº 0010782-17.2016.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 4º e 8º da Resolução nº 15, de 23/02/2017, que regulamenta o procedimento da reclamação pré-processual e da homologação de acordo extrajudicial decorrente, os quais passam a vigorar com as seguintes disposições:

*Art. 4º As reclamações pré-processuais serão cadastradas na classe reclamação pré-processual e distribuídas aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCONs) ou Varas Únicas, conforme a sua abrangência territorial, independentemente da matéria.*

*§ 1º As atermações de reclamações pré-processuais poderão ser feitas em quaisquer unidades de primeiro grau da Justiça Federal da 4ª Região, inclusive nas Unidades Avançadas de Atendimento, devendo a distribuição ser feita de acordo com o caput deste artigo.*

*§ 2º Os atos relacionados à autocomposição das reclamações pré-processuais poderão ser praticados nas Unidades Avançadas de Atendimento de modo presencial ou por videoconferência.*

*§ 3º O juízo poderá valer-se do instituto da cooperação judiciária para a prática de atos relacionados ao processamento da reclamação pré-processual.*

...

*Art. 8º O período entre a apresentação da reclamação pré-processual e a finalização do procedimento não ultrapassará 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver Fórum de Conciliação criado, caso em que se aguardará seu encerramento.*

*§ 1º O procedimento poderá ter o prazo de tramitação prorrogado por até mais 60 (sessenta) dias, conforme determinação do juízo atuante na unidade processante.*

*§ 2º O arquivamento da reclamação, no caso da utilização do Fórum de Conciliação, poderá ser feito de forma automatizada pelo sistema, após seu encerramento sem acordo.*

Art. 2º Consolidar, conforme o anexo desta resolução, a regulamentação do procedimento da reclamação pré-processual e da homologação de acordo extrajudicial decorrente.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Luiz dos Santos Laus, Presidente**, em 07/08/2019, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4767737** e o código CRC **B5DA3B65**.

Anexo

## CONSOLIDAÇÃO

(artigo 2º da Resolução nº 74/2019)

## RESOLUÇÃO Nº 15, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

Regulamenta o  
procedimento da  
reclamação pré-  
processual e o da  
homologação de acordo  
extrajudicial dela  
decorrente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no processo nº 0010782-17.2016.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, e considerando:

a) a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que prioriza os métodos consensuais de solução dos conflitos de interesses;

b) a Resolução nº 398, de 4 de maio de 2016, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal e dá outras providências;

c) o disposto na Resolução nº 32, de 28 de abril de 2016, e na Resolução nº 109, de 17 de dezembro de 2018, ambas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que regulamentam a utilização do meio eletrônico para a realização de audiências/sessões de conciliação e da funcionalidade "Fórum de Conciliação Virtual";

d) a excelência da via conciliatória na solução de conflitos, inclusive em momento pré-processual;

## RESOLVE:

Art. 1º Qualquer conflito de interesse em que houver possibilidade de acordo poderá ser submetido ao sistema de conciliação, ainda em momento pré-processual.

Parágrafo único. Não poderá ser utilizada a reclamação pré-processual para a solução de conflito:

I - que envolva interesse de parte incapaz;

II - sujeito à jurisdição criminal.

Art. 2º O procedimento para o encaminhamento das reclamações pré-processuais será regido pelos princípios da autonomia da vontade, informalidade e simplicidade.

Parágrafo único. Havendo participação de conciliador, as sessões de conciliação ou intervenções no Fórum de Conciliação Virtual serão informadas também pelos princípios da independência, imparcialidade, confidencialidade e decisão informada.

Art. 3º A utilização da via da reclamação pré-processual não induz prevenção, interrupção de prescrição e constituição em mora, nem torna litigiosa a coisa em relação a qualquer das partes envolvidas.

Parágrafo único. As tratativas de conciliação em reclamações pré-processuais não implicarão vinculação das partes às propostas apresentadas ou confissão de dívida, salvo se resultar em acordo.

Art. 4º As reclamações pré-processuais serão cadastradas na classe reclamação pré-processual e distribuídas aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCONS) ou Varas Únicas, conforme a sua abrangência territorial, independentemente da matéria.

§ 1º As atenuações de reclamações pré-processuais poderão ser feitas em quaisquer unidades de primeiro grau da Justiça Federal da 4ª Região, inclusive nas Unidades Avançadas de Atendimento, devendo a distribuição ser feita de acordo com o *caput* deste artigo.

§ 2º Os atos relacionados à autocomposição das reclamações pré-processuais poderão ser praticados nas Unidades Avançadas de Atendimento de modo presencial ou por videoconferência.

§ 3º O juízo poderá valer-se do instituto da cooperação judiciária para a prática de atos relacionados ao processamento da reclamação pré-processual.

Art. 5º As reclamações apresentadas por entidade credenciada no eproc (União, autarquias federais, fundações públicas federais e empresas públicas federais) serão autuadas com a possibilidade de apontamento da funcionalidade Fórum de Conciliação Virtual ou da designação de sessão de conciliação ou mediação como via de preferência do reclamante a ser utilizada no encaminhamento das tratativas com o reclamado.

§ 1º Caberá ao juiz atuante na unidade processante, se a reclamação estiver em condições de ser processada desde logo sem necessidade de esclarecimentos outros a serem demandados ao reclamante, decidir pela habilitação do Fórum de Conciliação Virtual ou pela designação de sessão de conciliação ou mediação, presencial ou em meio eletrônico.

§ 2º Quando for determinado o processamento da reclamação pela via do Fórum de Conciliação Virtual, a Secretaria da unidade processante deverá comandar a sua habilitação e gerar a Carta-Convite no processo eletrônico.

§ 3º Havendo designação de sessão de conciliação ou mediação, a Secretaria da unidade competente gerará a Carta-Convite com referência sumária ao regramento aplicável na forma desta Resolução e à data designada.

§ 4º Caberá à reclamante, em qualquer hipótese, providenciar a remessa da Carta-Convite ao reclamado, por meio que considere adequado à finalidade (carta, email, etc.).

§ 5º Caso o reclamado também seja entidade cadastrada no eproc, poderá ser designada sessão de conciliação ou mediação em meio eletrônico, hipótese em que as intimações serão efetuadas pela Secretaria da unidade processante.

§ 6º A participação de conciliador ou mediador no Fórum de Conciliação Virtual fica a critério do juiz atuante na unidade processante.

§ 7º Utilizada a via do Fórum de Conciliação Virtual, as partes poderão finalizá-lo com pedido de designação de sessão de conciliação ou mediação.

Art. 6º As reclamações apresentadas por pessoas não credenciadas como entidade no eproc serão encaminhadas, preferencialmente, em sessão de conciliação ou mediação, presencial ou em meio eletrônico.

§ 1º Não sendo determinado pelo juiz atuante na unidade processante qualquer esclarecimento ou complementação de parte do reclamante, a intimação da entidade reclamada da sessão de conciliação ou mediação designada será feita no eproc pela própria unidade para onde distribuída a reclamação.

§ 2º A parte interessada, caso não tenha advogado ou Defensor Público, poderá formular a reclamação com auxílio dos CEJUSCONS ou do setor responsável pelas atenuações.

§ 3º A utilização do Fórum de Conciliação Virtual para as reclamações apresentadas por pessoa não credenciada como entidade no eproc fica a critério do magistrado atuante perante a unidade processante.

Art. 7º O acordo celebrado entre as partes poderá ser homologado por magistrado, caso haja requerimento de ambas as partes, e valerá como título executivo judicial.

§ 1º Havendo pedido de homologação do acordo extrajudicial, a classe processual será alterada para "Homologação de Transação Extrajudicial".

§ 2º A homologação do acordo caberá ao juiz da unidade em que processada a reclamação (Coordenador do CEJUSCON, Juiz de Vara ou de Juizado).

§ 3º Versando o acordo sobre obrigação de pagar sujeita ao rito do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, a requisição será expedida pela unidade em que processada a reclamação.

§ 4º Descumprido o acordo, o interessado poderá ajuizar a execução do título judicial, a ser distribuída livremente a uma das varas federais ou juizados especiais federais competentes, conforme a lei.

Art. 8º O período entre a apresentação da reclamação pré-processual e a finalização do procedimento não ultrapassará 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver Fórum de Conciliação criado, caso em que se aguardará seu encerramento.

§ 1º O procedimento poderá ter o prazo de tramitação prorrogado por até mais 60 (sessenta) dias, conforme determinação do juízo atuante na unidade processante.

§ 2º O arquivamento da reclamação, no caso da utilização do Fórum de Conciliação, poderá ser feito de forma automatizada pelo sistema, após seu encerramento sem acordo.

Art. 9º A falta de interesse na conciliação pré-processual não exclui a possibilidade de nova tentativa de conciliação, pré-processual ou no curso de processo judicial.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.